

No Plano de Desenvolvimento, cinco setores prioritários

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, também enviado ontem à Assembléia Legislativa pelo Governador Brizola, fixa os cinco setores prioritários do Governo, no quadriênio 1984-1987: educação; saúde; saneamento; habitação e segurança, justiça e direitos humanos. Os projetos a serem desenvolvidos nessas áreas são os seguintes:

● **Educação:** oferecer condições satisfatórias de ensino para todas as crianças na faixa dos 7 aos 14 anos, incluindo merenda escolar, melhoria e ampliação da rede escolar (através do programa "Mãos à obra nas escolas"), aumento da permanência diária na escola e assistência médica e odontológica. Progressivamente, será estendida a cobertura ao Pré-Escolar e depois ao Segundo Grau e ao ensino profissionalizante;

● **Saúde:** ampliação e melhoria da rede de cuidados básicos de saúde, com destaque para a medicina preventiva e suplementação alimentar para as faixas de população de alto risco, notadamente gestantes, nutrízes e recém-nascidos;

● **Saneamento:** implantação das redes de água, esgoto sanitário, drenagem e coleta de lixo nas áreas caren-

tes da capital e do interior, com tecnologias simplificadas e contando com a mobilização comunitária. Já estão sendo iniciadas obras de saneamento em 21 favelas do Rio, Niterói e Campos, além do plano de drenagem da Baixada de Jacarepaguá;

● **Habitação:** prioridade para a regularização de terrenos e oferecimento de novos lotes nas favelas e outras áreas da periferia e do interior, através do programa "Cada família, um lote", prevendo a construção da casa pelos próprios moradores, com material adequado disponível no Estado e eventualmente financiado pelo Governo. Serão titulados cerca de um milhão de lotes em quatro anos.

● **Segurança, Justiça e Direitos Humanos:** reaparelhamento da Polícia em novas bases, integrando-a com a comunidade e revertendo um quadro tradicional de violência e impunidade. Ampliação da Defensoria Pública, objetivando que a Justiça gratuita seja acessível a todos os cidadãos que a ela têm direito. Humanização dos presídios, contemplando a educação e o trabalho remunerado dos detentos e uma filosofia de estabelecimentos menores.